

CORREIO PAULISTANO

Reprodução/Internet



Marquise passou por restauração de quase R\$ 87 milhões

Marquise do Ibirapuera alaga 3 dias após reabertura do espaço

A Marquise do Parque Ibirapuera voltou a enfrentar problemas apenas três dias depois de ser reaberta ao público. A estrutura ficou alagada durante o forte temporal que atingiu São Paulo na tarde desta terça-feira (27), com grande acúmulo de água sob o espaço e infiltrações que alcançaram até os banheiros. Recém-revitalizada após um longo período de obras, a Marquise passou por uma requalificação avaliada em quase R\$ 87 milhões, executada pela concessionária responsável pela gestão do parque. O espaço havia sido isolado em 2019 e interditado a partir de 2020, após laudos técnicos apontarem risco estrutural. A reabertura foi no último sábado (24), com a presença do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

Tudo debaixo d'água

O projeto original da Marquise é assinado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Após o episódio de alagamento, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente informou que acionou a concessionária para apurar o caso e adotar medidas preventivas, para preservar o patrimônio e garantir segurança aos frequentadores. A concessionária afirmou que o alagamento não está relacionado a falhas na obra da Marquise, mas pelo volume elevado de chuva.

Reprodução/Redes sociais



Jânio informou atuar como consultor financeiro

Neto de Jânio Quadros agredido

O neto do ex-presidente Jânio Quadros se envolveu em uma confusão e acabou agredido na tarde de terça-feira (27) após uma negociação frustrada para a compra de dólares, que resultou em um prejuízo estimado em R\$ 70 mil. O caso ocorreu em um centro comercial localizado na Zona Sul de São Paulo. O B.O. diz que Jânio Quadros Neto solicitou o valor emprestado a um amigo depois de ser informado de que uma mulher estaria vendendo dólares em espécie. O encontro foi combinado em um edifício comercial na Avenida Maria Coelho Aguiar.

Caso foi registrado como estelionato

Ao chegarem ao endereço, a mulher recolheu os R\$ 70 mil, que estavam em uma mochila, e deixou sua bolsa sobre a mesa antes de sair do local. Após cerca de 30 minutos, os dois passaram a desconfiar. Ao verificarem a bolsa dela, constataram que estava vazia. Na portaria do prédio, funcionários informaram que não havia registro de nenhuma pessoa com o nome utilizado pela mulher.

Nilton Cesar 1

O cantor e compositor Nilton Cesar, um dos nomes marcantes da música romântica brasileira nos anos 1970, morreu aos 86 anos, em São Paulo. Nascido em Indaiatuba, no interior, o artista alcançou projeção nacional com a canção Férias na Índia, um grande sucesso, com cerca de 500 mil cópias vendidas.

Nilton Cesar 2

O velório estava marcado para esta quarta-feira (28) no Cemitério São Pedro, na Vila Alpina, na Zona Leste da capital. A morte de Nilton Cesar gerou manifestações de pesar no meio artístico. A cantora Edith Veiga, amiga do músico, destacou a tristeza pela perda e lembrou a relação de amizade entre eles.

Adoção de cães

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS), por meio da Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico (Cosap), promove a adoção de cerca de 300 animais disponíveis no Centro Municipal de Adoção. São cães e gatos, entre filhotes e adultos, de diferentes portes, cores e pelagens, que esperam um lar.

Adoção de gatos

Os animais disponíveis para adoção na cidade de São Paulo estão, segundo a Prefeitura, devidamente vacinados, vermifugados, castrados, identificados por microchip e possuem Registro Geral do Animal (RGA). Os interessados podem acessar a página da Cosap sobre adoção e consultar as fotos dos animais disponíveis para a adoção.

Cooperativas 1

Prefeitura altera regras e permite participação de cooperativas. Nova Portaria moderniza a gestão da frota municipal. A nova Portaria estabelece novas diretrizes para a contratação de serviços de transporte em toda a Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município. A norma organiza contratações.

Cooperativas 2

A nova Portaria passa a permitir, de forma expressa, que cooperativas participem de licitações para serviços de intermediação, agendamento e locação de veículos sem condutor, ampliando a concorrência, fortalecendo o setor de transporte da cidade e ampliando a concorrência de prestadores de serviço.



Entidades: poluição sonora é problema de saúde pública.

SP recorre ao Supremo sobre limites de ruídos

Gestão Nunes tenta derrubar decisão que reforça o Psiu

Da Redação

A Prefeitura de São Paulo recorreu ao Supremo Tribunal Federal para tentar reverter a decisão do Tribunal de Justiça paulista que derrubou a flexibilização dos limites de ruído para grandes eventos na capital. A medida, considerada inconstitucional em segunda instância, havia retirado da fiscalização do Programa do Silêncio Urbano os shows autorizados pelo poder público. O recurso foi protocolado no dia 13 e ainda aguarda a distribuição no STF.

A alteração na legislação municipal foi invalidada pelo TJ-SP em setembro, após ação movida pelo Ministério Público estadual. Os desembargadores entenderam que a norma violou regras constitucionais ao ampliar exceções ao controle de poluição sonora sem estudos técnicos, planejamento urbano ou participação popular.

A mudança beneficiava principalmente grandes arenas de eventos, como estádios e casas de shows de grande porte, que passaram a não ser multadas por excesso de barulho mesmo diante de reclamações recorrentes de moradores. Antes da flexibilização, o Psiu previa multas que podiam chegar a R\$ 36 mil, além de fechamento administrativo em casos de reincidência. A lei municipal foi aprovada no fim de 2024 por meio de uma emenda inserida em um projeto que tratava de gestão de resíduos sólidos, prática co-

nhecida no meio político como inclusão de matéria sem relação com o tema original. Esse ponto foi central na decisão do TJ-SP, que apontou falta de pertinência temática e ausência de justificativa técnica para a alteração.

No recurso ao STF, a Prefeitura sustenta que a decisão judicial deu peso excessivo ao direito ao sossego, em detrimento de atividades consideradas relevantes do ponto de vista cultural, social e econômico. A prefeitura argumenta ainda que a norma buscava corrigir uma incoerência administrativa, ao autorizar grandes eventos e, ao mesmo tempo, puni-los por emissão sonora. O Ministério Público, por sua vez, afirma que a ampliação das exceções ao Psiu ocorreu de forma improvisada e sem diálogo com a sociedade, o que contraria a Constituição estadual. Segundo o órgão, o aumento da poluição sonora compromete diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população. A tentativa de flexibilizar os limites de ruído em SP não é recente. Há mais de três anos, a gestão municipal defende mudanças sob o argumento de que o setor de entretenimento gera empregos e movimenta a economia. Após a decisão do TJ-SP, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou que enviaria um novo projeto de lei à Câmara de SP. Entidades da sociedade civil alertam que a poluição sonora deve ser tratada como um problema de saúde pública.